

ARTIGO

A DIVERSIFICAÇÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO E A PRODUÇÃO PAULISTA DE ALIMENTOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE POR MEIO DAS MENSAGENS DOS PRESIDENTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

THE DIVERSIFICATION OF THE COFFEE COMPLEX AND THE SÃO PAULO FOOD PRODUCTION IN THE FIRST REPUBLIC: AN ANALYSIS THROUGH THE SÃO PAULO'S PRESIDENTS MESSAGES

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA*

RESUMO

A Primeira República brasileira foi o momento em que São Paulo se destacou das demais economias regionais graças a expansão da economia cafeeira, a qual, segundo autores como Wilson Cano, se diversificou e se transformou em complexo econômico. À medida que este processo avançou, os paulistas criaram soluções para problemas tais como a necessidade de itens alimentícios; neste caso, desenvolveram um setor mercantil de produção de alimentos. Este artigo tem como objetivo, voltando às fontes, principalmente as Mensagens dos Presidentes do Estado de São Paulo, compreender a diversificação da economia paulista e seus limites, principalmente no que diz respeito a itens para alimentação.

PALAVRAS-CHAVE: São Paulo; Primeira República; Complexo cafeeiro; Diversificação.

ABSTRACT

The First Brazilian Republic was the moment which São Paulo stood out from the other regional economies thanks to the expansion of the coffee economy, which, according to authors as Wilson Cano, diversified and transformed itself into an economic complex. As this process developed, “paulistas” created solutions for problems such as the necessity of alimentary items; in this case, developing a production business sector of aliments. This article aims to, returning to the sources (especially São Paulo's Presidents messages), comprehend the paulista economy diversification and its boundaries, mainly concerning alimentation items.

KEYWORDS: São Paulo; First Republic; Coffee Complex; Diversification.

Introdução

Neste artigo, partindo do concepção de diversificação da economia paulista durante o primeiro período republicano brasileiro, exploraremos este processo por meio das ações do governo do estado de São Paulo, buscando compreender este movimento de diversificação e o seu funcionamento, principalmente no que diz respeito à necessidade de mediação entre políticas que desenvolvessem setores como o de produção de alimentos e as que privilegiavam a produção cafeeira, principal item da economia paulista e nacional no período.

Neste sentido, as principais fontes abordadas serão as Mensagens dos Presidentes do Estado de São Paulo, documentos produzidos anualmente pelo Presidente do Estado e apresentados à Assembleia Legislativa local. Estas mensagens não possuíam força de lei, mas traziam importantes informações sobre as ações do governo e diretrizes para os próximos anos. Deste feito, tornam possível uma análise mais aprofundada sobre as preocupações dos administradores do Estado de São Paulo por meio não só das ações implementadas e sua mensuração, mas também via discussões de planos nem sempre implementados.¹

O texto será dividido nas seguintes partes: na primeira, *As coordenadas da economia paulista na Primeira República*, será apresentada a diversificação da economia paulista e sua transformação em complexo econômico, assim como os dilemas enfrentados neste processo. Na segunda parte, *A especialização regional paulista e a necessidade de produção alimentícia*, trataremos da questão a partir da análise das ações do governo paulista, atentando para os principais dilemas que surgiram neste caminho,

sobretudo o que dizia respeito à produção alimentícia. Por último, traçaremos breves conclusões.

As coordenadas da economia paulista na Primeira República

Há análises que por sua força explicativa ganham grande repercussão dentro do campo acadêmico. Têm o efeito de encontrar saídas para questões que antes colocavam os pesquisadores frente a becos sem saída. Encontram respostas para grandes e importantes questões. Este é o caso de algumas obras que explicam a concentração industrial em São Paulo, baseadas na tese da diversificação da economia paulista.

No ano de 1987 veio à luz o livro de Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Na introdução o autor esclareceu os caminhos que levaram à sua pesquisa. Preocupado com a questão regional, visava dedicar-se aos fatores que possibilitaram a concentração industrial no estado. Pretendia partir de 1929, com a Grande Depressão, tendo os primeiros 30 anos do século XX como simples introdução ao assunto. À medida que a pesquisa avançava, o autor deparava-se com a necessidade de dedicar-se justamente ao período que seria menos explorado, buscando com maior afinco as raízes da concentração industrial em solo paulista.²

Wilson Cano entendeu que do final do século XIX até 1930, a economia cafeeira se diversificou e se transformou em complexo econômico, formado pelas peças seguintes:

- i) a atividade produtora de café;
- ii) a agricultura produtora de alimentos e matérias primas;
- iii) a atividade industrial;

iv) a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista;
v) a expansão do sistema bancário;
vi) a atividade do comércio de importação e exportação;
vii) o desenvolvimento da atividade criadora de infraestrutura;
viii) a atividade do Estado, tanto o Governo Federal como o Estadual, principalmente pela ótica do gasto público.³

Como vemos, à medida que as necessidades iam sendo criadas, o complexo oferecia as soluções. O setor de transportes, por exemplo, criou novos limites para a acumulação cafeeira ao abrir outras áreas para o plantio de café e apresentar-se como *locus* de investimento; já o setor de alimentos surgiu pela necessidade de alimentar a população do Estado no momento de grande expansão demográfica.

Cano detectou entre 1880 e 1910 um grande aumento da pressão por importações no Brasil, saltando de uma média de 16 milhões de libras esterlinas em 1880 para 30 milhões entre 1900 e 1910. Grande parte dessas importações era constituída por alimentos: 40 % até 1901 e 30% entre 1901 e 1920. A entrada de imigrantes em São Paulo e o crescimento da população do Estado, de 1,4 milhões em 1890 para 4,6 milhões em 1920 poderiam sugerir que o aumento das importações teria São Paulo como destino. O autor refutou esta possibilidade enfatizando o crescimento demográfico na Guanabara e na Amazônia, que atravessava a fase áurea da borracha.⁴

Cano seguiu argumentado neste sentido, que como já se pode notar a essa altura, apontava para a produção dentro de São Paulo da grande maioria dos itens que consumia. Tratou do caso do arroz, que apesar de sua importância, diminuiu sua parcela entre as importações a partir de 1905/1906. A importação de produtos que atendiam às classes mais

privilegiadas, por serem de produção mais trabalhosa, continuava constante.

A diversificação da produção paulista seria inevitavelmente ligada ao regime de trabalho adotado pelas lavouras: o colonato. Nele o trabalhador da lavoura cafeeira recebia além do salário em dinheiro, a permissão para o plantio de outras culturas entre os pés de café. “Dessa forma, o colono obtinha parte fundamental de sua subsistência, vendendo ainda eventuais excedentes nas zonas urbanas em expansão”.⁵ À medida que o complexo cafeeiro se expandiu, surgiram plantações de alimentos fora das propriedades cafeeiras. Deste feito, o complexo cafeeiro mais uma vez encontrou dentro das fronteiras paulistas os meios para a satisfação de suas necessidades. Outro fator que levaria a diversificação da economia paulista seria o protecionismo praticado a partir de 1905, com a Lei 1.452 de 30 de dezembro de 1905, que ao taxar alguns produtos estrangeiros forçou o aumento de sua produção no Brasil.

Após considerar a importação do exterior, Cano voltou-se para os números do comércio de cabotagem. Os produtos que mais evoluíram nesta modalidade de comércio foram o açúcar, feijão, milho, arroz, algodão e o café. A maior dependência paulista se encontrava na importação de banha e de alguns cereais sulinos. Em seguida surge uma das afirmações mais interessante de *Raízes*.

É evidente que a produção paulista não era, e não é autossuficiente. Por questão de limitação de recursos naturais, de clima ou de solo, sempre ocorreram importações dos mais variados produtos agrícolas. Essas importações podem crescer repentinamente, sempre que ocorra um problema mais grave com a

agricultura, como por exemplo, as fortes secas de 1915 e de 1924/25, ou as fortes geadas de 1902 e 1918, ou ainda a ocorrência de pragas, como a do *mosaico*, que atingiu violentamente os canaviais paulistas em 1923 e 1926.⁶

Tirando estes “acidentes” citados – a palavra não retira a importância das ocorrências – alguns produtos como o açúcar e o gado teriam alcançado alguma expressão. Apesar deste comércio de São Paulo com outras regiões brasileiras e com o exterior, no entendimento do autor de *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, o estado conseguia suprir a maior parte de suas necessidades.

No mesmo momento em que Wilson Cano concebia a sua obra, outro pesquisador que também se tornaria referência trabalhava na sua própria, tendo um tema correlato a *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Era João Manuel Cardoso de Mello, que também concentrava parte de suas atenções na economia cafeeira paulista e nos seus efeitos para a industrialização brasileira.

Cardoso de Mello propôs uma releitura do desenvolvimento Latino Americano, defendendo que nestas plagas desenvolveu-se um tipo diferente de capitalismo: um capitalismo retardatário, tardio. Daí o nome de seu livro: *O capitalismo tardio*. O autor, além de estabelecer as relações entre indústria e cafeeicultura no período, tratou do funcionamento da economia cafeeira, passando inclusive pela questão da diversificação da agricultura e da sua importância para a alimentação da crescente população paulista.⁷

A expansão da cafeeicultura na década de 1890, segundo Mello, deu-se recorrendo à importação maciça de alimentos. Após isso foi possível

diversificar a produção, “ingressando-se firmemente na produção de alimentos, que cresce a tal ponto que já na Primeira Grande Guerra, éramos exportadores, ainda que não muito significantes”.⁸ Cabe perguntar sobre a continuidade ou não deste nível de produção para além daquele período específico.

Para Mello, o crescimento da população ativa e a imigração permitiram que a força de trabalho disponível pudesse se dividir entre o setor produtor de café, o setor público, a indústria nascente e a produção mercantil de alimentos. Pouco mais a frente, tratando da década de 1920 em diante o autor registrou uma observação cara ao nosso problema: os demais setores exportadores e a agricultura mercantil de matérias primas e alimentos pouco cresceram e por isso foram incapazes de disputar a força de trabalho com o complexo exportador cafeeiro. Contudo, ainda naquela década, a acumulação cafeeira não poderia deixar de apoiar-se tanto na agricultura mercantil de alimentos quanto no setor industrial. Os bens produzidos por estes dois últimos mantinham a força de trabalho reproduzindo-se a custos aceitáveis.⁹

Em livro publicado posteriormente, em 1985, Wilson Cano continuou a sua análise sobre a concentração da indústria em São Paulo, detendo-se desta vez no período entre 1930 a 1970. Na introdução o autor revelou que a principal tese a ser combatida em seu trabalho era a do imperialismo paulista, pela qual o Estado de São Paulo teria se industrializado drenando as riquezas de outras regiões do Brasil, sobretudo a nordestina. Neste aspecto, o principal diálogo que travou foi com Francisco de Oliveira.¹⁰

Grande parte do instrumental analítico utilizado por Cano neste livro foi concebido em *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Como um barco colocado a navegar nas águas do tempo, tomando emprestada a expressão de Fernand Braudel¹¹, o modelo dos Complexos Regionais – como o complexo cafeeiro – só funcionaria em um contexto muito específico, caracterizado pelo isolamento de certas regiões. Sendo assim, após 1930, com as mudanças políticas e econômicas que se efetivaram e romperam com o isolamento, surgiu uma economia nacional, baseada na indústria e integrada via Estado de São Paulo.¹²

No capítulo 2 *Linhas Gerais da dinâmica regional até a crise de 1929*, Cano nomeou como débil o desenvolvimento da periferia nacional até aquela data. Neste capítulo as balizas temporais foram 1850 e 1929. Após esta última data, com a integração da economia nacional e a transformação dos arquipélagos em continente, as demais regiões tiveram que jogar pelas regras estabelecidas em São Paulo, onde neste período desenvolveram-se as relações capitalistas mais adiantadas do país e as bases da indústria nacional.

Um dos fatores da sobrevivência da configuração de isolamento até 1930 estaria nos impostos regionais e na falta de meios de comunicação eficientes. Convém recorreremos às palavras do autor.

Até meados da década de 1920 era pequena a integração do mercado nacional. O comércio inter-regional perfazia cerca de $\frac{1}{4}$ do total de comércio externo de todos os estados e regiões do país (exportações e importações para e do exterior, mais exportação para o mercado nacional). À medida que a integração do mercado nacional aumentasse, aquela cifra também cresceria, atingindo pouco mais de 50% no imediato pós- Segunda Guerra Mundial.¹³

Além de estudar a industrialização brasileira focando-se no período pré-1930 e no papel da diversificação da agricultura, estes trabalhos têm em comum a difusão que tiveram e a continuação de um raciocínio já colocado na obra de Sérgio Silva *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*.¹⁴ Neste livro também apareceu a ideia da diversificação, sob o prisma da natureza do capital cafeeiro:

O capital cafeeiro tinha, portanto, diversos aspectos. Ele apresentava ao mesmo tempo as características de capital agrário, de capital industrial, de capital bancário e de capital comercial. Estes diferentes aspectos correspondiam a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas.¹⁵

Wilson Suzigan dividiu as interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro em quatro grupos: a) teoria dos choques adversos; 2) a ótica da industrialização liderada pela expansão de exportações; 3) a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou o capitalismo tardio); 4) a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do Governo. Para ele, Wilson Cano e João Manuel Cardoso de Mello fazem parte do terceiro grupo; alicerçando-se basicamente em uma revisão das teses clássicas da CEPAL, este grupo refuta o caráter reflexo atribuído às economias latino-americanas e entende o crescimento industrial como primordialmente resultado do processo de acumulação do capital no setor agrícola exportador, dependente da procura externa.¹⁶ Há divergências entre os membros deste grupo, que ultrapassam em muito os autores aqui citados. Enquanto Cano

e Mello centraram-se na agricultura como grupo social originário da burguesia industrial, Sérgio Silva atribui este papel aos imigrantes importadores.¹⁷

A especialização regional paulista e a necessidade de produção alimentícia

Os paulistas, agentes que contribuíram para a queda do regime imperial e para a instauração da República, souberam se mover em meio ao novo arranjo institucional, não só conservando a posição de destaque que ostentavam no final dos oitocentos, mas expandindo a sua área de influência política e econômica.¹⁸ Como já é por demais conhecido, esta predominância baseava-se na existência do produto que era o grande responsável pela riqueza nacional: o café. A expansão cafeeira foi responsável por amplas transformações na economia nacional e, segundo Celso Furtado, constituiu etapa de transição econômica. É da economia cafeeira que surgiram os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento, responsável pela superação da economia colonial brasileira.¹⁹

O Brasil, de 1889 a 1930, período que temos em foco, não era somente São Paulo e o café; existiam diversas elites regionais que pactuavam entre si e um leque de produtos relevantes, nacional e localmente: o charque no Rio Grande do Sul, o mate em Mato Grosso e Paraná²⁰, o gado e os cereais em Goiás²¹, a borracha no Pará, que por volta de 1910 chegou a rivalizar com o café etc. Mas foi o café que conseguiu, pela sua importância, se tornar o produto por excelência da lavoura

brasileira. Foi graças a ele e ao complexo econômico que se formou em seu entorno que o Estado de São Paulo conseguiu construir as condições para a concentração da indústria brasileira após 1930.²²

Na década de 1840 o produto já havia se tornado central na pauta de exportações brasileiras. Inicialmente concentrou-se na Província do Rio de Janeiro. Por ser lavoura que extinguiu os recursos do solo, seguiu no encaixe de terrenos favoráveis ao seu cultivo, adentrando o Vale do Paraíba, em São Paulo, e seguindo daí por diante principalmente sobre as manchas de terra roxa. Apesar de a lavoura continuar cafeeira, suas características desde o início de sua expansão até o final de nosso período não permaneceram as mesmas. Enquanto os cafeicultores desbravavam novas terras, a política e a economia nacionais passavam por profundas mudanças, principalmente a partir da metade do século XIX. Houve a luta e as leis abolicionistas, a dinamização do setor de transportes, a mudança institucional de 1889, com a Proclamação da República. Dialeticamente, a expansão cafeeira recebia estímulos e estimulava estes processos; no que nos importa aqui, ela se transformou profundamente. O sistema de trabalho mudou do servil para o livre, contando principalmente com a mão de obra europeia. A forma de aquisição de terras também se transformou a partir da Lei de Terras de 1850, apesar desta nem sempre ter sido seguida pelos grandes fazendeiros.²³ Um sistema de transportes mais dinâmico baseado na ferrovia surgiu, tornando possível a progressão geográfica do negócio.²⁴

A economia cafeeira que encontramos já nos primeiros momentos da República não deixa de ter o produto da lavoura como articulador, mas forma-se por um leque de negócios ligados a ela. Observando São Paulo no

início do século XX, nos deparamos com o complexo, já descrito por Wilson Cano.

Por meio das *Mensagens dos Presidentes do Estado de São Paulo*²⁵ e de relatórios setoriais, podemos observar com maior riqueza de detalhes o funcionamento da economia e as principais preocupações e questões com as quais os governantes se deparavam. Nos ocuparemos do café e da necessidade de produção de alimentos.

No final do século XIX, frente à expansão do plantio de café, já surgia a necessidade de incentivar a produção de culturas dedicadas ao abastecimento interno. Havia a preocupação com o desenvolvimento da pequena lavoura ao lado da “opulenta produção de café”; apesar de seu elevado valor, a cultura exclusiva constituía um grave problema ao criar uma dependência com relação à importação de itens que o Estado estaria em condições de produzir. Para remediar a situação, o Governo autorizou uma série de estudos para que o problema fosse solucionado. Nesta mesma *Mensagem* o aumento da exportação de café foi comemorado, tomado como sintoma do desenvolvimento agrícola paulista, “base principal da fortuna pública e particular”.²⁶

Ainda antes da virada do século, o Governo do Estado de São Paulo cuidava da distribuição de mudas para incentivar as diferentes culturas e do desdobramento da rede ferroviária para regiões que poderiam produzir os alimentos de que a população necessitava. A Lei n. 678 de 13 de setembro de 1899 criou os distritos agrônômicos nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos do Pinhal, Sorocaba e Iguape, responsáveis pela distribuição de sementes e mudas, além de outras funções relativas à agricultura e às indústrias em geral.²⁷

A necessidade de diversificação da economia paulista, sem dúvidas, aparece como uma das preocupações nas diferentes *Mensagens* do Governo. Se comparássemos a quantidade de linhas dedicadas a esta questão com as dedicadas ao café, seria fácil constatar como a balança pende para o segundo – o que não causa assombro e nem constitui novidade. Havia a tentativa de enquadrar o café como produto de subsistência, e não de sobremesa, como de fato era. Em alguns momentos as duas questões – café e alimentos - apareceram interligadas; a crise pela qual o café passava tinha como efeito positivo o aumento da produção de gêneros alimentícios. Mesmo assim, esta troca estava longe de “mediar a grande perturbação econômica causada (...) pela desvalorização daquele produto”.²⁸ Este movimento foi constatado por João Manuel Cardoso de Mello; nas épocas de baixa do preço do café, os fatores produtivos eram reorientados para outras atividades.

Para resolver os problemas da lavoura, o Governo buscou reformar o sistema de ensino para que servisse melhor aos interesses agrícolas. Matérias teóricas como a trigonometria e a astronomia deveriam ser substituídas pela zootecnia ou agricultura. A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós²⁹ foi uma peça fundamental na política agrícola do Estado de São Paulo. Para a direção da instituição havia sido contratado um profissional dos Estados Unidos e dois Franceses. A Fazenda Modelo, anexa a ESALQ, era responsável pelos experimentos com diferentes culturas como a alfafa, o algodão, o arroz, cana de açúcar, feijão, milho etc.³⁰ Em 1912, buscando manter a política de incentivo à agricultura, o Governo de São Paulo empreendeu uma reorganização na instituição. Alunos formados pela ESALQ passaram a estagiar na Europa após a conclusão do

curso.³¹ Durante todo o período a Escola Superior de Agricultura mereceu atenção do Governo de São Paulo; o Relatório da Secretaria de Agricultura de 1925 trazia a notícia da construção de novos prédios para que a escola pudesse receber os alunos em melhores condições; foram construídas moradias e restaurantes.³²

Outros projetos que visavam incentivar a diversificação da agricultura foram o ensino ambulante e as cooperativas. No caso do arroz, o ensino ambulante foi sugerido em 1909, após o vencimento do contrato para a manutenção do campo de demonstração em Moreira Cezar. Em 1910, por ato de 4 de agosto, o ensino foi instituído. Os responsáveis pela sua implementação percorreriam diferentes zonas orientando os agricultores e reconhecendo o seu potencial.³³ Ainda em 1909 a *Mensagem* trazia a notícia da decisão do Governo em auxiliar a criação de cooperativas agrícolas. Foi fundada uma cooperativa no Núcleo Colonial Campos Sales, para o beneficiamento de arroz; em breve seria formada a de Franca, ligada aos laticínios.³⁴

O período correspondente à Primeira Guerra Mundial trouxe para São Paulo um novo ímpeto de diversificação, causado pela retração dos mercados consumidores de café e pela abertura de outros que necessitavam de alimentos durante o conflito. As forças produtivas se encaminharam para outras culturas. Como está escrito na *Mensagem* de 1917:

É assim que se verifica, em todos os recantos de nosso território, um movimento auspicioso de energia criadora: a lavoura, o comércio e a indústria se desdobram e se multiplicam em novas culturas, em novas explorações, em novas fábricas, ao mesmo tempo que as estatísticas assinalam os maiores algarismos até agora, na exportação de gêneros – principalmente da indústria pastoril e dos cereais –

antes produzidos em pequena escala, e em alguns mesmo importados do estrangeiro ou de outros estados.³⁵

A Primeira Guerra Mundial, ao dificultar os intercâmbios internacionais, tornou evidente a “necessidade de diversificar a estrutura da produção industrial”³⁶; este movimento também alcançou a agricultura. Diferentes grupos o acompanharam, cuidando da defesa de seus interesses. Entre eles estavam os dirigentes das ferrovias paulistas. Os diretores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro notaram e enfatizaram em seus relatórios o aumento do transporte de animais vivos e de cereais durante a Primeira Guerra Mundial, lamentando os baixos fretes pagos por estes produtos, incapazes de contrabalancear a diminuição do transporte de café. A diretoria chegou a propor o aumento do frete sobre os cereais, o que se justificava pelos seus altos preços.³⁷

No *Almanaque do Estado de São Paulo de 1917* lê-se que a cultura dos cereais era uma das que mais se desenvolveram nos vinte anos anteriores.

A de milho, dantes insuficiente para o consumo interno, já dispensa a importação do produto argentino. A de arroz adquiriu vigoroso impulso em 1905, com a elevação dos direitos aduaneiros para o artigo e depois das demonstrações práticas realizadas no campo de Moreira Cezar, pelo processo de irrigação. Enfim, a do feijão ampliou-se tanto nos últimos anos, que sustenta crescente exportação, não só para os Estados brasileiros, mas para as nações estrangeiras.³⁸

Após o período de guerra, as atividades que haviam sido por ela incentivadas tiveram a sua produção diminuída. A paz trazia consequências; durante a Primeira Guerra Mundial:

Ressurgiram culturas, há muito abandonadas. Improvisou-se uma organização industrial que se aperfeiçoou, que absorveu capitais enormes, que contém legiões de operários que serve, pois, de arrimo à população numerosíssima e de base a grande parte da fortuna atual.³⁹

Após o conflito os países que importavam produtos expedidos por São Paulo voltaram a produzi-los, diminuindo o espaço para as vendas paulistas.

Outros produtos que chamam a atenção nas estatísticas paulistas durante o período de guerra e que há muito apareciam como potencial riqueza nas *Mensagens* e *Relatórios* eram os provenientes da pecuária.⁴⁰ Em 1906, a *Mensagem* de Jorge Tibiriçá dedicou algumas linhas à Primeira Exposição Estadual de Animais. Segundo a *Mensagem*, a condição de decadência da lavoura cafeeira no norte do Estado abria perspectivas para a instauração da pecuária naquela região.⁴¹ Em 1911, foi criada a Diretoria de Indústria Animal; também foi instalado o posto de seleção de gado nacional em Nova Odessa e estações regionais em Itapetininga, Batatais e Barretos, além da realização de feirões e leilões.

A diretoria de indústria animal prestou também o seu concurso aos criadores que desejarem importar reprodutores do estrangeiro, tendo esse serviço merecido o auxílio do Ministério da Agricultura da União, que desenvolveu a necessária subvenção.⁴²

Já no final da segunda década do século XX, após a guerra, as atenções mais uma vez se voltaram para o café, sem que o projeto de

diversificação fosse abandonado. Em 1923 a ESALQ continuava testando culturas em seu campo de experimentação: café, algodão, forragens etc. Havia ainda um rebanho ligado à Escola.⁴³ Mesmo com esta política, colocada em prática já no início do período republicano, na década de 1920 o Estado de São Paulo ainda enfrentava os problemas de abastecimento e necessitava de um intercâmbio frequente com os vizinhos. A questão da subsistência era examinada em conjunto com a dos transportes. O Governo havia constatado no último ano que todas as classes sofriam com o problema da carestia, para qual concorriam diferentes causas, como a seca. Para superar a situação, sugeria as seguintes ações:

1 – Adquirir em grande escala por conta do Estado e fazer revender sem lucro gêneros de primeira necessidade e de mais largo e premente consumo;

2 – Criar comissão fiscalizadora formada por representantes de diferentes setores sociais para acompanhar a revenda ao público e a aquisição dos alimentos;

3 – Abertura de crédito para a compra e distribuição de alimentos.

Na tentativa de remediar a situação, o governo paulista enviou ao Governo Federal pedido de autorização para a importação de alimentos livre de direitos e taxas, mesmo após a expiração do Decreto 16.524, de 1º de julho de 1924.⁴⁴ As importações seriam feitas por meio da Superintendência de Abastecimento do Rio de Janeiro (MPESP, 1925, p. 62).

Mesmo com esta necessidade evidente, os números mostram o aumento da produção agrícola de São Paulo durante a Primeira República (Tabela 2.1).

Tabela 1: Expansão da produção de alguns produtos agrícolas e agroindustriais no Estado de São Paulo, em 1.000 toneladas.

Médias anuais	Açúcar	Alfafa	Algodão pluma	Arroz com casca	Batata inglesa	Farinha de mandioca	Feijão	Milho	Vinho (1.000.000 L)
1901-1903	13,8	---	1,8	28,8	---	---	41,6	422,6	0,5
1904-1906	15,9	---	2,8	60,2	---	---	83,1	83,1	1,3
1907-1909	---	---	4,3	---	---	---	---	---	---
1910-1912	24,8	---	5,8	107,1	---	---	97,5	619,6	1,5
1913-1915	27,8	---	6,2	72,3	33,1	---	112,8	595,8	1,7
1916-1918	29,4	---	10,8	152,1	---	---	177,1	733,4	---
1919-1921	31,8	---	30,7	275,0	40,7	---	121,5	1.009,3	1,6
1922-1924	33,8	---	17,4	173,3	---	---	78,9	788,0	2,3
1925-1927	30,6	17,3	17,3	267,3	66,1	41,5	194,7	981,8	2,8
1928-1930	69,8	15,0	6,1	345,9	65,8	60,1	217,7	950,6	3,3
1931-1933	114,4	9,8	22,0	537,1	160,2	79,8	229,8	1.419,2	3,8
1934-1936	138,8	14,3	128,6	547,3	114,5	69,9	189,0	1.208,6	4,4
1937-1939	158,8	14,5	241,4	400,5	90,2	84,0	177,7	1.298,9	6,0
1940-1942	172,0	7,6	323,7	400,3	49,4	---	109,8	741,2	---
	221,3	11,8	362,3	600,8	175,0	---	154,1	1.026,7	7,3

1943-									
1945									

Fonte. CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo:

DIFEL, 1977, p. 63.

Não foi só a guerra que fez com que produção de outros itens aumentasse, mas também as políticas do Governo. Podemos notar o aumento de vários itens, como a de arroz e outros cereais. Já em 1907 o arroz era descrito como um dos principais produtos com potencial para ganhar o mercado brasileiro. A lavoura havia atingido grandes proporções em 1908, mas as importações ainda não haviam cessado. Curiosamente, neste mesmo ano o produto reapareceu nas exportações pelo Porto de Santos, com Rs. 771:409\$000.⁴⁵

A *Mensagem* de 1909 ao tratar do movimento comercial, trouxe importantes informações. Nas importações para o ano de 1908, houve uma significativa diminuição de “produtos destinados à alimentação e forragens”, o que denotava, nas palavras registradas nas *Mensagens*, um aumento da produção interna de itens que antes se importava, como o arroz, milho, batatas etc.⁴⁶ Poderia também significar o aumento da importação do interior.

A diminuição das importações de cereais, como o arroz e o feijão, continuou a aparecer nos relatórios posteriores, da década de 1920, apesar de momentos de alta ligados a fatores climáticos. Por exemplo, no ano de 1920 o *Relatório da Secretaria de Agricultura* descreveu o aumento da sua produção; a este aumento eram atribuídos fatores como as chuvas frequentes e abundantes. Ao mesmo tempo, a produção de trigo e café

havia ficado abaixo do esperado. Apesar disso, segundo o Secretário de Agricultura, a produção foi vendida a bons preços (Quadro 2.1).⁴⁷

Quadro 1: Valor da produção dos principais produtos do Estado de São Paulo 1919 – 1920

Produtos	Quantidade	Unidades	Valor (Rs.)
Café	4.154.700	Sacas	378.908:640\$00
Algodão (em caroço)	4.588.299	Arrobas	43.588:340\$50
Açúcar	528.821	Sacas	33.971:161\$40
Álcool e aguardente	95.388.042	Litros	49.406:877\$00
Fumo em rolos	215.509	Arrobas	6.880:719\$00
Arroz em casa	4.686.015	Sacas	82.005:262\$50
Feijão	2.859.377	Sacas	40.031:278\$00
Milho	15.963.900	Sacas	183.584:850\$00
TOTAL			818.377:628\$40

Fonte: Relatório apresentado ao senhor Washington Luiz, Presidente do Estado, pelo Dr, Heitor Teixeira Penteadó, Secretario da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1920. p. 6.

Se a chuva auxiliou no aumento da produção de alguns itens agrícolas em 1920, em 1926 a informação que o *Relatório da Secretaria de Agricultura trouxe* foi contrária. A produção agrícola do ano 1924 – 1925 (Quadro 2), totalmente apurada àquela altura, havia sido prejudicada. As colheitas de cereais e de fumo foram as que mais sofreram prejuízo, embora

houvessem demonstrado um pequeno aumento com relação ao ano de 1923 – 1924. As safras de açúcar, também prejudicadas pelo *mosaico*, renderam um terço do que normalmente renderiam. Já a safra de algodão havia sido considerada boa.

Quadro 2: Valor da produção agrícola do Estado de São Paulo, ano agrícola de 1924 – 1925.

Produtos	Quantidades	Unidade	Valores (Rs.)
Café	9.192.600	Sacas	1.967.216:400\$00
Algodão	5.976.855	Arrobas	83.675:970\$00
Açúcar	226.639	Sacas	13.355:235\$20
Álcool e aguardente	47.152.600	Litros	64.447:800\$00
Fumo em rolos	182.570	Arrobas	14.605:600\$00
Arroz em casa	3.379.240	Sacas	118.263:400\$00
Feijão	2.615.730	Sacas	78.471:900\$00
Milho	14.269.400	Sacas	285.388:000\$00
Total			2.625.434:305\$20

Fonte: Relatório apresentado ao Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado, pelo Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1926. p. 6.

Duas conclusões parciais devem ser ressaltadas neste momento. A economia de São Paulo, certamente, conseguiu diversificar sua agricultura, apesar de que em muitos momentos fatores como os climáticos tenham levado à quebra de produção. Além disso, havia o comércio de São Paulo

com outras regiões brasileiras. Ao contabilizar este tipo de atividade, Wilson Cano deteve-se no comércio por cabotagem e no comércio internacional.

Vejamos os dados referentes ao comércio internacional (Tabela 2):

Tabela 2: Alguns produtos alimentares importados (do exterior) pelo Estado de São Paulo, relacionados com os totais importados pelo Brasil e com os totais produzidos no Estado de São Paulo (em % calculada sobre os volumes físicos)

Produto	% sobre a importação brasileira				% sobre a produção paulista		
	1901-1905	1906-1910	1911-1915	1916-1920	1901-1905	1911-1915	1916-1920
Arroz	26,4	20,6	11,4	0,0	50,0	1,0	0,0
Feijão	5,5	3,7	8,0	0,0	0,6	0,5	0,0
Charque	9,0	1,5	18,1	1,8	0,0	0,0	0,0
Milho	0,8	0,4	0,6	0,0	---	---	0,0
Batata	16,8	14,8	14,7	12,8	---	10,0	4,7

Fonte: CANO (1977, p. 59).

Em muitos momentos, os relatórios setoriais e as *Mensagens* tratam deste comércio paulista com o mercado mundial e com o mercado brasileiro. Nada de novo neste ponto com relação à tese da diversificação de Wilson Cano; nunca é demasiado lembrar das palavras de Cano, afirmando que São Paulo de maneira alguma era uma ilha. O problema surge quando tentamos entender as rotas de abastecimento da economia paulista. Se nos voltarmos para diferentes grupos sociais, notaremos uma frequente preocupação com a necessidade de ligar os “sertões” ao Estado

de São Paulo, para que o setor de transportes se valorizasse e para que o Estado possuísse uma região a qual poderia recorrer para a obtenção dos alimentos que era incapaz de produzir internamente nas proporções necessárias durante todo o tempo. Existiu uma corrida entre a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro não só pelas áreas produtoras de café, mas também em busca dos produtos do Brasil central.⁴⁸

A produção paulista, certamente, não bastava para o abastecimento interno, principalmente se considerarmos o crescimento populacional do Estado, que podemos acompanhar por meio da Tabela 2.3:

Tabela 3: Crescimento populacional do Estado de São Paulo

Zonas	Anos:						
	1854	1874	1886	1900	1920	1934	1940
Zona 1	35.670	46.775	74.895	281.256	654.578	1.168.776	1.480.116
Zona 2	123.948	251.603	335.922	405.334	484.699	476.534	472.305
Zona 3	128.948	228.203	295.782	412.741	752.524	843.335	848.659
Zona 4	57.092	122.057	178.795	464.091	811.974	871.389	843.148
Zona 5	21.889	69.614	133.697	275.079	530.257	599.842	576.775
Zona 6	---	16.347	33.151	148.400	583.771	879.532	943.832
Zona 7	---	---	---	7.815	136.454	618.990	856.506

Zona 8	---	30.370	71.903	118.905	341.754	599.661	724.017
Zona 9	23.432	40.085	54.805	80.820	134.227	148.365	175.272
Zona 10	26.861	32.300	42.430	85.167	161.950	226.903	259.686
TOTAL	417.149	837.354	1.221.380	2.279.608	4.592.188	6.433.327	7.180.316

Fonte: CAMARGO, 1952.

Todas estas questões são notadas pelos administradores do Estado de São Paulo. As limitações de solo e de clima podem ser percebidas por meio do que foi deixado pelas *Mensagens dos Presidentes de Estado*. Como já ressaltamos, existiram constantes menções à quebra de produção por fatores climáticos, levando à importação de produtos básicos.

Para João Manuel Cardoso de Mello, a demanda por alimentos e bens de consumo assalariados passou a ser atendida pela produção interna quando se constituiu a agricultura mercantil de alimentos. Com isso, a reprodução da força de trabalho se internalizou.⁴⁹ As fontes confirmam a existência deste setor, ao mesmo tempo em que deixam vestígios para o entendimento de suas limitações. Uma análise histórica do mercado de trabalho paulista nos mostra que dentro do Estado havia uma diversidade de situações. Rogério Naques Faleiros empreendeu pesquisa de fôlego que revelou importantes aspectos relativos à reprodução da mão de obra em São Paulo e, no que diz respeito ao nosso trabalho, à aquisição da subsistência. Tratando da região de Campinas, Faleiros afirmou:

[...] perceba que mesmo proporcionando um valor monetário menor do que a parceria, os contratos de formação (empreitada) eram mais interessantes para os trabalhadores, pois, além de possuir rendimentos fixos oriundos de cláusulas monetárias definidas em

contrato, o que teoricamente protegeria os empregados das oscilações de preço do café no mercado, teriam direito a toda a produção do quarto ano e poderiam contar com uma maior disponibilidade de espaço entre os cafeeiros para realizar o plantio de alimentos, que certamente pesaria positivamente em suas contas.⁵⁰

O trabalho de Faleiros, esclarecedor sobre pontos importantes, inspira algumas questões. A preferência dos trabalhadores por contratos de trabalho que abriam a possibilidade para o plantio de alimentos não exclui a importação dos mesmos de regiões mais distantes; mesmo com esta preferência, o cultivo de alimentos não era a atividade principal – aqui está o grande dilema. Havia um limite para a sua produção, uma vez que a quantidade de trabalho era limitada e teria que atender às imposições do contrato, que visava principalmente a formação e manutenção de lavouras de café. Nesta mesma linha, há que se perguntar sobre a possibilidade de venda dos excedentes tanto nos armazéns da zona rural quanto nas cidades, seja pelos próprios produtores, seja pelos proprietários, que em muitos casos apropriavam-se de grande parte do que era produzido. Essa produção era o suficiente para o atendimento a esta demanda? Por último, a ânsia pela produção do próprio sustento era uma característica cultural, fruto das circunstâncias, ou uma fuga do mercado, onde estes seriam mais caros? Se fossem caros, provavelmente eram escassos. Haveria, portanto, a necessidade de procura em outras plagas.

Há o registro de esforços feitos pelos administradores do Estado de São Paulo para evitar o vazamento de fatores produtivos do café para culturas alternativas. A diversificação agrícola era vista com bons olhos, desde que não prejudicasse a produção de café:

[...] as terras cafeeiras, com os tratos adequados, com os adubos convenientes, livre das culturas cansativas dos cereais que as esgotam rapidamente, conservaria vistosos os nossos cafezais, com produções médias que não receiam competidores em parte alguma do mundo, aumentando e prolongando por muitos anos a riqueza da lavoura paulista e, por consequência, a riqueza brasileira.⁵¹

Considerações finais

Como não é de se estranhar, as principais preocupações que tomaram conta das mensagens dos governantes do Estado de São Paulo durante a Primeira República se referiam ao café, produto que já se apresentava ao início do período não só como o principal item paulista, mas também como principal produto da pauta de exportações brasileiras. Contudo, os problemas do café, assim como seus negócios, não se restringiam às lavouras tomadas pela rubiácea, mas ao processo por ela desencadeado com a formação de um complexo econômico que levou à urbanização e sustentou a expansão populacional. Com esta transformação, a questão da produção de itens alimentícios se tornou crucial.

Era necessário criar condições para que as lavouras se diversificassem e se tornassem capazes de sustentar não só a população responsável pela sua produção, mas, principalmente, a grande população urbana, consumidora. Assim, foram adotadas políticas que visavam incentivar estas lavouras, por meio de auxílio técnico e um leque de incentivos.

Ao final do século XIX os administradores locais já apontavam para a necessidade de diversificar a agricultura, diminuindo a dependência com relação às importações de itens alimentícios de outros estados. Seguiram-se uma gama de ações, como a criação de distritos agrônômicos, a ampliação do ensino agrícola, da qual se destacaram os cuidados com a Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, o ensino ambulante, entre outras. Houve também ações recorrentes no sentido de incrementar a pecuária e da melhoria da qualidade do rebanho estadual.

Contudo, mesmo com estes esforços, a produção paulista não era suficiente para sustentar a população de São Paulo durante todo o tempo. Por isso, em dados momentos era necessário recorrer a produção de outros estados.

Notas

* Doutor em História Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP – SP, com Pós-Doutorado pelo Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP – São Paulo. Docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID 0000-0001-9198-0718.

¹ As Mensagens do Presidente do Estado de São Paulo foram consultadas *online* no site da Universidade de Chicago, onde estão disponíveis para todo o período. O número de páginas varia de acordo com o chefe do executivo que ocupava o cargo e de acordo com o período. Algumas possuem poucas dezenas de páginas enquanto outras alcançam mais de uma centena.

² CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

³ CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 21, 22

⁴ CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 58.

⁵ CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 60.

⁶ CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 65.

A possibilidade de influência dos paulistas sobre o orçamento do Governo Federal deve ser entendida em meio a contexto institucional da Primeira República brasileira, onde este grupo regional apresentava-se como portador de grande relevância econômica e política. Sobre o panorama político que tonava isso possível, pautado pela constituição de 1891 e

pelos pacos políticos construídos posteriormente, pode-se considerar: LOVE, Joseph. Federalismo y regionalismo em Brasil, 1889 – 1937. In: CARMAGNANI, M. (coord). *Federalismos latinoamericanos: México – Brasil – Argentina*. México: Fondo de cultura econômica, 1993; PERISSINOTO, R. M. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889 – 1930)*. São Paulo: FAPESP: Campinas SP: UNICAMP, 1999. t.1; Perissinoto se baseia no conceito de hegemonia, de Nicos Poulantzas, para analisar a atuação dos paulistas. Mais recentemente, Viscardi tem se destacado na interpretação da Primeira República brasileira, questionando a estabilidade do pacto que garantia a hegemonia paulista. Sobre isso ver: ISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

⁷ Sobre o crescimento populacional do estado de São Paulo ver CAMARGO, J. F. de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1952.

⁸ MELLO, J. M. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 152.

⁹ MELLO, J. M. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 157, 158)

¹⁰ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985. O principal ponto de discordância entre Wilson Cano e Francisco de Oliveira diz respeito à maneira como se deu a concentração industrial em São Paulo. Cano defende que o Estado de São Paulo não se industrializou drenando recursos de outras regiões do país, mas sim se aproveitando de uma estrutura prévia, formada pela economia cafeeira, a qual desenvolveu as relações capitalistas mais adiantadas do período. Ver OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma religião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹¹ BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais*. Presença: Lisboa, 1972.

¹² A estrutura descentralizada da Primeira República tornava possível que governos locais colocassem barreiras ao comércio entre diferentes estados, dificultando a formação de um mercado interno. Sobre este problema ver, por exemplo LOVE, J. Federalismo y regionalismo em Brasil, 1889 – 1937. In: CARMAGNANI, M. (coord). *Federalismos latinoamericanos: México – Brasil – Argentina*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

¹³ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. São Paulo: Global; Campinas: UNICAMP, 1985.

¹⁴ SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa ômega, 1976.

¹⁵ SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa ômega, 1976. p. 60.

¹⁶ SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 32, 33.

¹⁷ Ricardo Bielschowsky coloca as interpretações de Cano e Mello como pertencentes a uma linha de pensamento descrita por ele como *Escola de Campinas*. Segundo este autor, são pesquisadores de origem cepalina que romperam com a interpretação da industrialização a partir da substituição de importações, afirmando que “el proceso de industrialización sería portador de una lógica y de un dinamismo independientes de la mera sustitución de importaciones, ya que se proyectaba debido a decisiones de acumulación de capital orientadas a la formación de una capacidad de oferta sin ‘una demanda reprirrúda (sic) por restricciones a la importación’” BIELSCHOWSKY, R. *Evolución de las ideas de la*

CEPAL. REVISTA DE LA CEPAL - NUMERO EXTRAORDINARIO, 2010. Disponível em:

<http://www.ie.ufjf.br/hpp/intranet/pdfs/revista_de_la_cepal_numero_extraordinario.pdf>, acesso em junho de 2012. Sobre o mesmo grupo, José Luís Fiori afirma que “o pensamento econômico campineiro sublinha todo o tempo o dinamismo interno e os ciclos endógenos do capitalismo brasileiro, retirando importância analítica ao conceito de periferia e deixando em segundo plano a discussão clássica da Cepal sobre ‘restrições externas’ ao crescimento latino-americano”.

¹⁸ ALONSO, A. *As ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁹ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

²⁰ Sobre o Mate no Sul do Brasil ver:

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 8, p. 204-228, 2015.

²¹ Sobre a produção de cereais em Goiás ver: OLIVEIRA, P. R. *Entre rios e trilhos: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República*. CURITIBA - PR: Editora Prismas, 2017.

²² Ver CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

²³ Apesar da Lei, pela qual a terra só poderia ser adquirida por meio de compra, nem todas as aquisições passaram a se dar automaticamente por este meio. Em alguns locais, os fazendeiros desenvolveram táticas para burlar as novas regras e se apossarem de grandes extensões.

²⁴ Sobre a marcha do café ver MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.

²⁵ Doravante abreviadas como MPESP.

²⁶ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1896, p. 71 – 77.

²⁷ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1900, p. 148)

²⁸ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1903, p. 9)

²⁹ A partir de agora abreviada como ESALQ.

³⁰ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1908, p. 17)

³¹ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1913, p. 40)

³² Relatório apresentado ao Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado, pelo Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. São Paulo, 1925. p. 16.

³³ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1910, p. 16)

³⁴ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1909, p. 27 – 28)

³⁵ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1917, p. 3)

³⁶ SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 72; FRITSCH, W. *Apogeu e crise na Primeira República: 1900 – 1930*. ABREU, M. de P. (org.) *A Ordem e o Progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1990., p. 43)

³⁷ Relatórios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a aprovação em Assembleia Geral, 1917, p. 10; 1918, p. 6.

³⁸ Almanach da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, para o ano de 1917, publicado no 25º aniversário de criação da mesma Secretaria. São Paulo, Typographia Brasil, 1917, p. 269.

³⁹ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1921, p. 2)

⁴⁰ Boa parte do gado que foi processado e exportado por São Paulo durante a Primeira Guerra Mundial não era paulista, mas sim proveniente de estados como Goiás e Mato Grosso. Ver OLIVEIRA, P.R. de. *Um caminho voltado para dentro: o circuito goiano e o comércio entre Goiás e São Paulo na Primeira República*. Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 2014.

⁴¹ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1906, p. 27)

⁴² Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1911, p. 22)

⁴³ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1923, p. 42)

⁴⁴ O Decreto concedeu, pelo prazo de 30 dias, isenção em todas as alfândegas do país, dos direitos e taxas de expediente para os gêneros de primeira necessidade. As primeiras palavras, que justificaram o Decreto foram: “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Considerando que é manifesta a crise de subsistência no Brasil, a ponto de tornar a vida insuportável às classes menos favorecidas que constituem a maioria da população (...) decreta”. Coleção das Leis da República do Brasil, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/república>> acessado em 24/02/2013.

⁴⁵ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1908, p. 23)

⁴⁶ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1909, p. 32)

⁴⁷ Relatório apresentado ao senhor Washington Luiz, Presidente do Estado, pelo Dr. Heitor Teixeira Penteadó, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1920. p. 6.

⁴⁸ Sobre o sistema ferroviário paulista e sua importância na ligação entre a economia paulista e outros estados ver Saes, 1981 e Vugman, 1976. Mas especificamente sobre as ferrovias e o abastecimento da economia paulista ver Oliveira, 2014.

⁴⁹ MELLO, J. M. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 105. Cabe notar que alguns trabalhos com ênfase regional compreendem a lavoura cafeeira como “diversificada” em termos de produção agrícola. Junto ou ao lado do café, em diferentes contextos, mantinha-se a produção alimentícia. Ver, para a região de Franca: OLIVEIRA, L. L. de. *Ao lado do café: produção de exportação e abastecimento*. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP / São Paulo, 2003.

⁵⁰ FALEIROS, R. N. *Fronteiras do Café: Fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Bauru-SP: Edusc; FAPESP, 2010. A tese de Rogério Naques Faleiros segue o caminho aberto por autores que pesquisaram a importância da produção de alimentos para os colonos que trabalhavam na formação das fazendas de café. Nisso, podemos destacar Holloway (Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984). Holloway destaca, por exemplo, o plantio feito pelos colonos entre as fileiras dos pés de café, que segundo ele era mais atrativo que o plantio em terreno separado. O plantio entre os pés de café tornava possível a otimização do trabalho e os itens assim cultivados eram, ainda segundo o autor, comercializados pelos trabalhadores nas zonas urbanas e rurais. Ao contrário de Holloway, para quem o livre comércio dos itens alimentícios plantados tornava possível a ascensão social dos colonos, para Faleiros os trabalhadores eram submetidos a alto grau de exploração no momento de

comercialização dos excedentes, comercialização frequentemente intermediada pelos fazendeiros.

⁵¹ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, 1922, p. 65, 66.